



## RODA

(Repositório de Objectos Digitais Autênticos)

### De projecto a programa estratégico para a preservação digital ■

O IAN/TT TEM SEGUIDO COM atenção as iniciativas empreendidas na área de preservação digital tanto a nível internacional como também em Portugal nas medidas políticas relativas ao governo electrónico. As iniciativas governamentais no âmbito da utilização estratégica das novas tecnologias ao serviço do cidadão e da administração pública sofreram um salto quantitativo e qualitativo. Este avanço materializa-se na produção de diversas medidas enquadradoras e promotoras: pacotes legislativos específicos como é o caso do conjunto de diplomas relativos à «assinatura digital»; a constituição de organismos especialmente vocacionados para a promoção e acompanhamento de medidas específicas (UMIC, UCMA); a abertura de eixos de apoio financeiro directamente vocacionados para o desenvolvimento de oferta no contexto de um novo conceito social, profissional, económico e cultural enraizado nas novas tecnologias.

O IAN/TT (brevemente Direcção-Geral de Arquivos – DGARQ), desde 1997 tem manifestado através de acções práticas e lançamento de programas o seu envolvimento no esforço nacional

nesta área. O programa SIADE fruto de um protocolo estabelecido com o Instituto de Informática do Ministério das Finanças e que produziu dois cadernos disponíveis no sítio *web* do IAN/TT é um exemplo desse esforço.

Neste momento a situação de reforma estrutural da AP, nomeadamente a concentração nas Secretarias-Gerais das áreas comuns em que inserem os processos de arquivo propõe uma janela de oportunidade propícia ao desenvolvimento do conceito de arquivo digital.

No contexto acima descrito a criação de um repositório de objectos digitais de arquivo dirigido para a AP que assegure a recepção, gestão e acessibilização dos objectos digitais correntemente produzidos na AP que receba das instituições produtoras, de acordo com regras definidas e precisas, os objectos digitais (ou documentos electrónicos ou sistemas de informação de arquivo) considerados como de interesse histórico e que tenham perdido o seu valor administrativo e/ou capacidade operativa, tornou-se um propósito atingível porque consentâneo com a conjuntura política vigente.

Continua na página seguinte →



#### Neste número

- 01 • RODA – De projecto a programa estratégico para a preservação digital
- 03 • Interoperabilidade e normalização no sector público
- 04 • Cooperação internacional Arquivo Histórico da Região do Príncipe
- 06 • Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento apoia investigadores estrangeiros
- 07 • Projecto de descrição dos fundos eclesíasticos da Torre do Tombo em 2006
- 08 ARQUIVO REGIONAL DE PONTA DELGADA
  - Novos desafios, novas oportunidades
- 09 ARQUIVOS DISTRITAIS
  - Comemoração dos 35 anos do Arquivo Distrital de Aveiro
- 10 • Estudo Sobre a Satisfação do Cliente do IAN/TT
- 10 INFORMAÇÕES
  - Presença Arquivística no 9.º Congresso BAD
- 12 AGENDA
  - EXPOSIÇÃO DOCUMENTAL «Os Senhores de Xavier. A Linhagem de S. Francisco Xavier»

O IAN/TT candidatou ao POAP um projecto designado de «Gestão Documental e Memória na AP», cujo financiamento foi recentemente aprovado por este Programa, em que se propõe como objectivos:

1. a elaboração de um modelo conceptual e lógico de uma estrutura de arquivo digital, compreendendo análise estática de topo e dinâmica de processos de gestão e preservação digital;
2. a concretização de um protótipo de arquivo digital de acordo com o ponto anterior que considere integração, gestão e acessibilização dos objectos digitais sob sua gestão;
3. a elaboração de ferramentas informáticas de preservação digital para assegurar a preservação de objectos digitais num horizonte de curto/médio prazo pelas organizações produtoras;
4. a definição de políticas, regras e recomendações para: incorporar objectos digitais, acessibilizar objectos digitais;
5. a criação de competências técnicas e organizacionais em preservação digital.

Pretende-se construir um protótipo que demonstre a capacidade de um determinado conceito de arquivo digital que deverá ser acompanhado por acções de divulgação e *marketing* no sentido de captar interesses e reunir massa crítica para a sustentação do projecto. Só após a elaboração de cenários possíveis para o desenvolvimento de um arquivo digital, a prototipagem e teste do conceito a desenvolver e a captação institucional de parceiros se poderá avançar para a construção de uma solução sustentada para a AP.

O desenvolvimento deste projecto, iniciado em Março deste ano e baptizado de RODA (Repositório de Objectos Digitais Autênticos), prolongar-se-á até ao final de Abril de 2007. A continuidade deste projecto está já assegurada numa pers-

pectiva plurianual prevendo-se a conclusão do projecto para o fim do ano de 2008.

O fluxo de desenvolvimento do RODA prevê a criação dos seguintes produtos agrupados em 3 períodos temporais: 1. a análise de esquemas de meta-informação utilizáveis no repositório, 2. a elaboração dos requisitos funcionais; 3. a definição de modelo conceptual, lógico e de dados; 4. a definição das taxionomias de objectos digitais a serem integrados nesta primeira fase; 5. o desenvolvimento de componentes funcionais e gráficas do protótipo.

O desenvolvimento do RODA foi equacionado a partir dos principais documentos normativos e recomendativos produzidos internacionalmente e que constituem ferramentas estruturais para o desenvolvimento de produtos internacionais no domínio da preservação digital. Foram também referenciadas e analisadas as experiências desenvolvidas nesta área, sendo analisadas as consideradas mais relevantes para o projecto.

Inicialmente o projecto arrancou com a aplicação e teste de realizado sobre um conjunto documental da Alta Autoridade Contra a Corrupção (AACC) custodiado pelo IAN/TT e composto integralmente por imagens digitalizadas, tendo sido a documentação original destruída antes deste conjunto documental ter sido incorporado. O objectivo era simular um processo real de ingestão de objectos digitais e exercer sobre esse conjunto de objectos digitais o fluxo de procedimentos constantes do processo de ingestão, tal como ele é definido pela norma OAIS.

O processo de migração da AACC permitiu avaliar diversos problemas e definir de forma segura ferramentas e procedimentos a ser utilizados nas fases subsequentes do projecto. Assim considerou-se a necessidade

de: utilizar meta-informação de 3 tipos: descritiva, técnica e de preservação. Para cada uma destas necessidades identificadas foram escolhidos e testados os esquemas de meta-informação internacionais considerados mais consistentes, sendo eles o EAD para meta-informação (MI) descritiva, o PREMIS para MI de preservação e o Z39.87 (MIX) para MI técnica. A quantidade de meta-informação produzida para cada objecto digital é considerável o que alertou para problemas decorrentes do espaço ocupado e pela recuperação e leitura dos ficheiros que continham MI.

Foram ainda testadas ferramentas de validação e teste de imagens, complacentes como os esquemas de MI adoptados. O processo permitiu ainda desenvolver os requisitos funcionais que devem ser implementados no repositório digital, sendo estes requisitos divididos pelos três macro-processos preconizados pelo OAIS para um Arquivo Digital:

1. a ingestão, ou seja a recepção, validação, transformação e integração de Objectos Digitais no Repositório;
2. a gestão que inclui os eventos pré-definidos que deverão ocorrer sobre os Objectos Digitais custodiados;
3. a acessibilização que inclui a pesquisa, compilação e componentes de objectos digitais e a sua apresentação ou fixação em suporte digital para entrega ao utilizador. Neste processo foi naturalmente equacionada a certificação digital.

Tendo em consideração as limitações impostas pela natureza do projecto apenas serão considerados nesta primeira fase as seguintes taxionomias de Objectos Digitais:

1. Texto estruturado, com ou sem imagens e/ou tabelas,
2. imagens fixas não vectoriais
3. bases de dados relacionais.

A continuidade do projecto pelo segundo semestre de 2007 e ao

longo do ano de 2008 trará como resultado final uma solução tecnológica integrada capaz de receber, gerir e disseminar numa lógica de exploração, objectos digitais considerados como de conservação continuada provenientes de instituições do Sector Público.

A plataforma de desenvolvimento adoptada foi o Fedora, escolhida por se tratar de *software* livre e por pro-

porcionar um conjunto de serviços destinados a desenvolver ferramentas de preservação digital. Esta escolha constitui o resultado de um processo de análise e teste intensivo realizado durante o mês de Agosto de 2007 em que foram comparadas diversas plataformas existentes no cenário internacional dentro desta área funcional.

O IAN/TT mantém com o apoio do Departamento de Informática

da Universidade do Minho, um sítio *web* em que são colocados todos os documentos produzidos no projecto assim como *links* e eventos relacionados com esta temática.

*Francisco Barbedo*

COORDENADOR DO GABINETE  
DE ESTUDOS DE ARQUIVOS  
CORRENTES

## Interoperabilidade e normalização no sector público ■

### *Macro-estrutura Temática*

A MODERNIZAÇÃO e a transparência administrativa, o governo em rede, a prestação de serviços integrados, a partilha de informação entre organismos públicos impõem um desafio à comunicação dos sistemas de informação sectoriais, através de ferramentas de que permitem a interoperabilidade.

O desafio passa pela generalização do uso de ferramentas de gestão documental que, para além de agilizar os processos reduzindo os seus custos e tempos de resposta, potenciará a recolha e tratamento da mesma informação, torna possível a desmaterialização de processos e procedimentos bem o acompanhamento *on-line* da sua tramitação.

É neste contexto que surge o projecto da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM) intitulado «Plataforma Comum de Modernização», que pretende interligar de forma desmaterializada todos os actos técnicos, administrativos, políticos entre as Direcções-Gerais, os Gabinetes ministeriais e as respectivas tutelas. Este projecto resulta, por sua vez, da integração da iniciativa do Ministério das Finanças: «Gestão Electrónica de Documentos

e Optimização de Processos» nos sistemas e na infra-estrutura da RING – rede do Governo gerida pelo Centro de Gestão da Rede Informática do Governo.

Sendo a Classificação parte integrante dos requisitos funcionais, não funcionais e metadados que visam garantir a integridade e a acessibilidade a longo prazo dos documentos de arquivo, deverá ser validada pelo órgão coordenador da política nacional de arquivos. A SGPCM como entidade gestora do projecto convidou o IAN/TT a fazer parte do grupo de trabalho para a elaboração da Macro-estrutura Temática (MET) – funções transversais a toda a Administração Pública (AP).

O sistema proposto nesta MET é o funcional, no qual os documentos são arquivados de acordo com a função e actividade do órgão que originou a sua produção. As classes e respectivas subclasses, estabelecidas para as várias actividades e actos administrativos, estão hierarquizadas e associadas a um número de classificação decimal, o que facilita o arquivamento e a consulta aos documentos. Caso a instituição passe por reorganizações administrativas, mesmo que os nomes das unidades

se alterem, a classificação continuará a ser a mesma, já que as funções e actividades em geral não se alteram.

A implementação nos vários serviços da AP, do respectivo Plano de Classificação construído dentro do deste instrumento de gestão documental, irá padronizar a organização dos arquivos, facilitando a avaliação de documentos e possibilitando a rápida localização de informações fundamentais de forma a responder às necessidades internas e externas de informação.

Caberá a cada Ministério desenvolver uma macro-estrutura para as suas funções-fim, baseada nas funções e actividades do órgão, por forma a que os Planos de Classificação de arquivo reflectam o desenvolvimento e o funcionamento das instituições dependentes, a sua missão e as acções desenvolvidas, pois as actividades por ela realizadas geram documentos. A coordenação deste processo compete à DGARQ (anteriormente IAN/TT), enquanto entidade coordenadora do sistema nacional de arquivos.

*Elisa Gomes*

GABINETE DE ESTUDOS  
DE ARQUIVOS CORRENTES

# Cooperação internacional ■

## Arquivo Histórico da Região do Príncipe

AO ABRIGO DE UM ACORDO DE Parceiros, celebrado em 2005, entre o IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, o IPLB – Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, o IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e o Governo Regional do Príncipe, no quadro do Programa Anual de Cooperação entre São Tomé e Príncipe e Portugal, deslocaram-se àquele país, nos meses de Novembro e Dezembro do ano seguinte, duas equipas de técnicos portugueses para apoiarem este país africano num projecto que visa a constituição do Arquivo Histórico da Região.

Logo após uma primeira visita do IAN/TT ao Príncipe, em finais de 2004, com o intuito de aí desenvolver o trabalho inicial de reconhecimento, no terreno, da situação em que se encontrava a documentação do período colonial português, descoberta naquele ano na cidade de Santo António, foram fixados os objectivos que viriam a ser atribuídos às missões técnicas de 2006: a higienização, avaliação e inventariação da documentação de Santo António; o levantamento da documentação que porventura ainda subsistisse nas roças, a fim de poder vir a integrar o futuro Arquivo do Príncipe.

Porém, a realidade encontrada no mês de Novembro do ano passado, superou as piores expectativas: os maços e processos registados nas imagens recolhidas, aquando da primeira deslocação do IAN/TT, haviam sido desfeitos e completamente baralhados numa enorme e compacta muralha de papel velho e sujo. Confundiam-se nesta amálgama documentos de proveniências variadas (incluindo documentação em fase activa, produzida após a



Independência), monografias, periódicos, jornais, boletins oficiais e, como será fácil de adivinhar, uma imensidade de objectos inúteis. Este conjunto, a que a equipa apelidou de «elefante», por ter um peso para cima de cinco toneladas, assentava directamente no pavimento húmido, sem qualquer resguardo, numa das salas do rés-do-chão do Palácio do Governo Regional, onde se iriam desenvolver, ao longo de dois meses, os trabalhos técnicos.

Em face da situação, impôs-se desde logo orientar o tratamento arquivístico numa perspectiva eminentemente prática, que possibilitasse encerrar os trabalhos em tempo útil, com resultados, quer no domínio do acesso à informação, quer na melhoria das condições ambientais e do acondicionamento dos documentos.

Com essa finalidade, traçaram-se desde a primeira hora estratégias, que visaram no essencial: o desaparecimento total do «elefante», sem deixar para trás, até ao desfecho das missões, um único documento por acondicionar; identificar com suficiente clareza, ao nível mais genérico de fundo, o maior volume dos docu-

mentos de arquivo, designadamente os da Administração do Concelho do Príncipe e os da Agência da Curadoria dos Serviçais e Indígenas, separando-os segundo as proveniências em caixas identificadas, a lápis, pelas siglas «A.C» e C.G., respectivamente; a par destas acções – tanto quanto os limites temporais impostos para a conclusão das missões e a meta que se havia traçado, de não deixar um único documento no chão, o permitisse – classificar e ordenar os processos e restantes unidades de arquivo provenientes de distintas entidades que ainda mantivessem (o milagre sempre acontece!) a integridade física e ordem originárias, não obstante as vicissitudes ocorridas no passado.

No caso particular destes documentos, avançar-se com a análise documental mais pormenorizada e a descrição com recurso à Norma Internacional de Descrição Arquivística ISAD (G) e «Orientações para a Descrição Arquivística», (1.ª versão) de Janeiro de 2006, da autoria do IAN/TT.

Por estar já esgotada a área de depósito provisório do edifício do



FOTOS: JOAQUIM MACHADO

Governo Regional, e não ter sido ainda concluído o processo da instalação definitiva do Arquivo Histórico do Príncipe em edifício próprio, conforme prevê o Acordo de Parceiros, não foi ainda possível transferir para o mesmo espaço os arquivos, das Roças Sundy e Porto Real, já rastreados pela missão de Novembro.

Finalmente, e não obstante as insuficiências, que se lhe possam, porventura, reconhecer, a verdade é que o trabalho ciclópico realizado pelas equipas portuguesas, ao longo das cinco semanas de duração do processo em que estiveram envolvidas, marca um passo significativo no conjunto das medidas que urgia desde há muito tomar para se acautelarem os documentos de Santo António da perda inexorável, que sobre eles impendia. Nessa medida, foi dado cumprimento à obrigação fundamental de preparar estes arquivos, de modo a que possam ser agora facultados à consulta dos interessados.

E, de facto, o acervo de arquivos, alvo da presente Cooperação facultada já um manancial de informações, imprescindíveis ao esclarecimento

de um passado partilhado por Portugal e São Tomé e Príncipe, nos séculos XIX e XX, durante a vigência do regime colonial. Além destes, disponibiliza elementos imprescindíveis para a história das populações africanas de expressão portuguesa recrutadas nas restantes possessões africanas para o trabalho agrícola nas roças de cacau da Ilha do Príncipe, em Moçambique, Angola e Cabo Verde.

Podem nele encontrar-se registos sobre a entrada de trabalhadores na região, a indicação da sua origem e distribuição pelas Roças, as repatriações, os termos dos seus contratos, o movimento criminal, as queixas, as fugas, o movimento civil dos casamentos, nascimentos, das perfilhações, as importâncias transferidas para pagamento dos salários e dos bónus de repatriação, os óbitos, respectivas causas, os espólios dos trabalhadores falecidos, as condenações e castigos recebidos.

Para se ajuizar da sua relevância, enquanto repositório de um amplo leque de serviços oriundos da administração colonial portuguesa, bastará percorrer as referências aos

processos, dossiers e mais documentos das entidades que os geraram, designadamente a Administração do Concelho do Príncipe (1869-1972); a Brigada do Sono (1914-1918); a Agência da Curadoria Geral dos Serviços e Indígenas (1930-1963); a Delegação do Conselho Regulador do Comércio do Concelho do Príncipe (1948-1963); a Delegação da Comissão Técnica de Automobilismo do Concelho do Príncipe (1969-1972); a Delegação da Junta de Exportação de Café (séculos XIX e XX); a Delegação da Inspeção Escolar (séc. XX); a Delegação Marítima (1921-1928); a Repartição da Fazenda do Príncipe (séc. XX); a Delegação do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social de S. Tomé e Príncipe (1962-1965); o Julgado Municipal do Concelho do Príncipe (1872-1974); a Delegação do Registo Civil do Julgado Municipal do Príncipe (1910-1970) e o Notário do Julgado Municipal do Príncipe (1892-1956); o Juízo Ordinário da Ilha do Príncipe (1851-1893); o Juízo de Direito de S. Tomé e Príncipe – 2.ª Vara (1873-1970); o Juízo Popular da freguesia de Nossa Senhora da Conceição (1864-1907); o Tribunal do Julgado Municipal do Trabalho (1964-1974); a Câmara Municipal do Príncipe (1896-1912); o Sporting Clube do Príncipe (1969-1970).

Trata-se, sem margem para dúvidas, de um projecto fundamental para o conhecimento da história económica e sócio-cultural da Ilha do Príncipe da era colonial portuguesa, entre os anos de 1858 e 1972.

*Maria Olinda Alves Pereira*

DIRECTORA DO ARQUIVO DISTRIAL  
DE VIANA DO CASTELO

# Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento apoia investigadores estrangeiros ■

Nota da investigação conduzida por Yi Liu em 2006\*

## Dois ditadores, dois Estados Novos

DEPOIS DA DITATURA DAS finanças, que salvou Portugal da falência financeira, Salazar era frequentemente retratado como redentor enviado por Nossa Senhora para resguardar Portugal durante sua assunção em Fátima, em 1917. Tal caracterização é particularmente influencial na área rural onde analfabetismo e superstição predominam sobre os campesinos. O papel de messias de Salazar era frisado repetidamente pela Propaganda Nacional, criando-se assim a impressão que a nação deve a Salazar, depende de Salazar e necessita dele. Contudo, com seu rosto indiferente e misterioso, Salazar tentava sempre ficar afastado da arraia-miúda, o que implica seu papel do construtor superior, em vez do constituinte, no processo de reaportuguesar Portugal e o português. Quanto a Vargas, desde que ele assume a presidência, ele é visto por muitos brasileiros, sobretudo os pobres, como uma figura paterna benigna que «sempre lembrou da gente». A «paternalização» do ditador se deve ao fato de que o parentesco fictício prevalece em muitas regiões no Brasil: os pobres costumam pedir aos poderosos para estes se torna-

rem padrinhos de seus filhos recém-nascidos. Dessa maneira, Getúlio Vargas se transforma no padrinho nacional que, ao ver da maioria do povo, é acessível e só pede a lealdade do povo. Ele era de fato o paterfamilias dos brasileiros, fazendo parte do forjamento da Brasilidade.

Observa-se no Estado Novo salazarista a tentativa oficial de padronizar o povo português, ou seja, de modelar um estereótipo do ser português com base no programa estadonovista. O bom povo é aquele com que o Estado Novo se identifica e em que se apoia, é o que se liga directamente aos valores nacionais, genuinamente portugueses e que os conserva e defende, mesmo que de forma inconsciente (justificação do obscurantismo estadonovista). Do bom povo deriva a cultura popular puramente portuguesa e uma «mentalidade nativa» que são realmente um conceito reduzido a um âmbito rural e amputado por uma intenção política de dominação. A sua associação com o catolicismo e com a ideia do lar ou família reforça sua «autenticidade» que serve como uma bitola para distinguir a verdadeira cultura portuguesa e o que é «politicamente

aceite» do que não é. No Brasil, contudo, o bom povo aos olhos de Vargas aponta mais para trabalhadores urbanos, e a cultura do trabalho é mais favorecida pelo governo.

Além disso, no Portugal salazarista o povo se define em oposição à elite intelectual, enquanto no Brasil getulista Vargas apela aos homens letrados a sair da torre de marfim para se tornarem parte do povo. O resultado é que durante o período entre os anos 30 até 1945 a produção intelectual portuguesa era inerte em comparação com a brasileira que se gaba de figuras como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Diversos intelectuais renomados trabalham como funcionários ou assistentes na administração getulista, por exemplo, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Villa Lobos, enquanto em Portugal, não obstante o estabelecimento dos prémios de livros e de teatro, se geraram poucos frutos intelectuais de qualidade durante o Estado Novo salazarista.

Yi Liu

BROWN UNIVERSITY

\* Ver boletim n.º 18

## Investigadores seleccionados em 2007, no âmbito do Programa de Bolsas

- Carmen Margarida Oliveira Alveal  
JOHNS HOPKINS UNIVERSITY  
Tema: *Sesmarias Atlânticas no Império Português*.
- Gerardo Augusto Lorenzino  
TEMPLE UNIVERSITY  
Tema: *Portuguese – Spanish Contact in Barrancos: Using the Historical Record to Explain Social-Class and Gender Differentiation in Language Use*.
- Katie Michelle Custer  
TEXAS A&M UNIVERSITY  
Tema: *Iconographic Evidence of Iberian Ships of Discovery: a statistical Analysis*.
- Lumumba Shabaka  
MICHIGAN STATE UNIVERSITY  
Tema: *A Gateway into African Atlantic: Slavery, Identity and Culture in Cape Verde, 1460–1868*.
- Nandini Chaturvedula  
COLUMBIA UNIVERSITY  
Tema: *Corruption and Authority; The Jesuits in Seventeenth Century Portuguese India*.
- Freddy C. Dominguez  
PRINCETON UNIVERSITY  
Tema: *The Spanish Empire, Portugal, and the Succession Crisis of the Sixteenth Century*.
- Fabricio Prado  
EMORY UNIVERSITY  
Tema: *The Portuguese Presence in the Rio de la Plata in the 18th Century – Colonia de Sacramento and its significance to the region*.
- Kate Burlingham  
RUTGERS UNIVERSITY  
Tema: *In the Image of God: Missionaries and the Mapping of Angolan Politics*.
- Alida Christine Metcalf  
TRINITY UNIVERSITY  
Tema: *Pedro Reinel and the Cantino Map*.

# Projecto de descrição dos fundos eclesiásticos da Torre do Tombo em 2006 ■

A DESCRIÇÃO DE 428 FUNDOS e subfundos eclesiásticos da Torre do Tombo, compreendendo instituições seculares (diocesanas) e instituições regulares, decorreu de 3 de Março a 31 de Dezembro de 2006. Foi realizada por um grupo de trabalho constituído por técnicos superiores e técnicos profissionais de arquivo seleccionados para o efeito, que desenvolveu a sua actividade de acordo com os planos de trabalho semestrais estabelecidos pelos coordenadores. A descrição seguiu as *Orientações para a Descrição Arquivística (ODA)* e as *Orientações para a descrição arquivística: especificações para a TT*<sup>1</sup> de acordo com o estabelecido pela Direcção do IAN/TT, no *Despacho 13/GD/2006*, e foi apoiada por alguns instrumentos de trabalho elaborados, propositadamente, no sentido de se obter uma descrição controlada e tão uniforme quanto possível. Deste modo, estiveram disponíveis numa unidade de rede a *Listagem dos códigos de referência dos fundos, subfundos e colecções da Torre do Tombo*<sup>2</sup>, os *Modelos de descrição para os fundos eclesiásticos segundo as Orientações para a descrição arquivística*. 1.ª v. Lisboa: IAN/TT, 2006, e as *Orientações para a descrição arquivística: especificações para a TT*, a *Bibliografia para a descrição*, os *Instrumentos de descrição documental*, os *Planos de trabalho semestrais*, entre outros documentos.

Os *Modelos de descrição para os fundos eclesiásticos segundo as Orientações para a descrição arquivística*. 1.ª v. Lisboa: IAN/TT, 2006, e as *Orientações para a descrição arquivística: especificações para a TT*, foram criados para as sete zonas da descrição, e dotados de vários exemplos, prevendo os casos típicos do universo dos fundos a descrever. Frases pré-

-definidas para os diferentes elementos de informação, pequenos textos de enquadramento, resultado de pesquisas feitas, permitiram o preenchimento da *História administrativa*, da *História custodial e arquivística* comuns a determinados fundos. A *Bibliografia para a descrição* permitiu disponibilizar a descrição bibliográfica das obras mais utilizadas nos elementos de informação *Nota de publicação*, *Notas* e nas fontes utilizadas para os diferentes elementos de informação a apresentar na *Nota do arquivista*. Algumas das descrições foram acrescidas de um comentário relativo a características do seu conteúdo, não directamente apreendido do respectivo título. O ficheiro *Instrumentos de descrição documental*, seguiu o proposto no ponto 4.5.A3. das *ODA*, apresentando o tipo e o título, o nome dos autores da descrição, o nome das pessoas que entrevistaram na entrega da documentação em representação das instituições custodiantes e do Arquivo, notas sobre o estado de conservação.

A informação recolhida foi introduzida em ficheiro Excel destinando-se ao projecto de descrição/digitalização dos instrumentos de descrição que decorre na Torre do Tombo. Como tarefa prévia à descrição, procedeu-se à confirmação do número de fundos a descrever, de que resultou o ficheiro *Localização dos fundos eclesiásticos*, em Excel, instrumento já utilizado pela Divisão de Arquivos Definitivos para a introdução das localizações dos fundos nos registos da base de dados CALM. As principais fontes da descrição utilizadas foram os instrumentos de descrição, a obra *Ordens monástico/conventuais: inventário*<sup>3</sup>, a descrição das Províncias da Ordem dos Frades Menores, da Ordem de

São Bento, e a obra *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento – guia histórico*<sup>4</sup>, cedida em suporte electrónico, CD-ROM, à Torre do Tombo, pelo Prof. Dr. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Apresentando-se o instrumento de descrição pobre de informação, sendo inexistente, ou estando em dúvida as instituições descritas, recorreu-se à consulta dos documentos. A descrição abrangeu ainda os designados *Institutos religiosos da Índia*, identificando-se 28 novos fundos. A responsabilidade pela elaboração da descrição dos fundos foi distribuída pelos elementos do grupo, no quadro de uma descrição partilhada por vários.

As descrições estão disponíveis ao público na página *web* do IAN/TT, na *TT Online*, função *Pesquisas*.

Fátima Dentinho do Ó Ramos

COORDENADORA DO GRUPO  
DE TRABALHO PARA OS FUNDOS  
ECLESIÁSTICOS

<sup>1</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Programa para a Normalização da Descrição em Arquivo; Grupo de Trabalho para a Normalização em Arquivo – «Orientações para a Descrição Arquivística». 1.ª v. Lisboa: IAN/TT, 2006. ISBN 972-8107-88-9. – «Orientações para a descrição arquivística: especificações para a TT». 1.ª v. Lisboa: IAN/TT, 2006.

<sup>2</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – Programa de Normalização da Descrição em Arquivo – *Listagem dos códigos de referência dos fundos, subfundos e colecções da Torre do Tombo*. Lisboa: IAN/TT, Janeiro de 2006.

<sup>3</sup> *Ordens monástico/conventuais: inventário*. Coord. José Mattoso, Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha; elab. Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos; fot. José António Silva. Lisboa: IAN/TT, 2002. ISBN 972-8107-63-3.

<sup>4</sup> *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento – guia histórico*. Bernardo de Vasconcelos e Sousa (dir.), Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos. Lisboa: Livros Horizonte, 2005. ISBN 972-24-1433-X.

# Novos desafios, novas oportunidades ■

Largo do Colégio  
9500-054 – Ponta Delgada  
TEL. 296282085 | FAX 296281216  
[bpar.pdelgada.info@azores.gov.pt](mailto:bpar.pdelgada.info@azores.gov.pt)  
[www.bparpd.azores.gov.pt](http://www.bparpd.azores.gov.pt)

NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES (RAA) existem três arquivos públicos, sediados nas três principais cidades do arquipélago: Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada. O de Angra recebe a documentação das ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa; o da Horta recebe a do Faial, Pico, Flores e Corvo e o de Ponta Delgada a de São Miguel e Santa Maria. Estes arquivos públicos regionais, embora não tenham a designação de distritais, devido à extinção desta divisão administrativa com a criação da Região Autónoma, na prática, funcionam como tal, tanto no que respeita às áreas de jurisdição como em relação à documentação de incorporação obrigatória.

O Arquivo de Ponta Delgada foi criado pelo Decreto-Lei n.º 20484, de 6 de Novembro de 1931, em anexo à Biblioteca da cidade (instituída em 1841 e instalada no Convento da Graça) e dela fazendo parte para efeitos administrativos. Em 1992, o Governo Regional adjudicou a empreitada de restauro, ampliação e adaptação do Colégio dos Jesuítas a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD), cujo projecto, idealizado na 2.ª metade da década de 80, só foi concluído em 2000. A transferência do acervo ocorreu entre Abril e Agosto, e a inauguração do edifício em Setembro de 2001.

O diploma citado, para além de remodelar o quadro de pessoal e institucionalizar o Arquivo Distrital, transferiu para a Junta Geral do



Distrito as competências até aí exercidas pelo Município, no que respeita aos encargos com pessoal e funcionamento; porém, a tutela da Biblioteca e Arquivo passou a estar directamente subordinada à Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos, tal como aconteceu com as outras instituições congéneres do País.

Com a criação da RAA em 1976, a tutela da BPARPD passou para a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direcção Regional da Cultura (DRC). Conforme o consignado no artigo 33.º, alíneas p) e q) do Estatuto Político-Administrativo da Região, são consideradas matérias de interesse específico os Museus, Bibliotecas e Arquivos, assim como a classificação e valorização do património cultural.

O Decreto Regulamentar Regional n.º 36/2000/A estabeleceu a actual orgânica dos serviços externos da DRC, nos quais se incluem as bibliotecas públicas e arquivos regionais. Com a última remodelação do Governo Regional, a DRC passou para a dependência da Presidência do Governo Regional, deixando de integrar a estrutura da anterior Secretaria Regional da Educação e Cultura.

No que respeita aos recursos humanos, à semelhança do que aconteceu em outras localidades do

país, em termos de pessoal técnico com formação específica, os arquivos da Região mostravam-se deficitários até há bem pouco tempo. Só com a realização de vários cursos, de pós-graduação em ciências documentais, na Universidade dos Açores, e de técnicos profissionais,

organizados pela Delegação Regional dos Açores da BAD, foi possível colmatar a escassez de recursos humanos nesta área. Como resultado desta aposta na formação, actualmente trabalham no Arquivo seis técnicos superiores de arquivo (três dos quais pertencem ao quadro da instituição), quatro técnicos profissionais de arquivo e um auxiliar técnico.

Numa parceria com a Sociedade Genealógica de Utah, iniciou-se este ano a digitalização dos livros paroquiais custodiados por este arquivo. Trata-se de um projecto muito importante no sentido de preservar e difundir essa informação, uma vez que este grupo de arquivos é o mais consultado, representando cerca de 80% dos pedidos de leitura no ano de 2006. Estamos também a apoiar um projecto desenvolvido por uma Escola Secundária da cidade, no âmbito de uma investigação subordinada ao tema «Consaguinidade e endogamia na Ilha de São Miguel». Com esta e outras iniciativas pretendemos estimular e sensibilizar os estudantes e o público jovem em geral para a importância da documentação conservada no arquivo e contribuir para a formação da comunidade onde estamos inseridos.

*Pedro Medeiros*

ASSESSOR DE ARQUIVO



# Comemoração dos 35 anos do Arquivo Distrital de Aveiro ■

PELA PRIMEIRA VEZ, DESDE QUE foi criado, em 1965, o Arquivo Distrital de Aveiro comemorou 35 anos de abertura ao público. Com efeito, data de Outubro de 1971 a inauguração desta Instituição, graças à acção conjunta da Junta Distrital de Aveiro e da Câmara Municipal de Aveiro, instalada, então, no antigo edifício da Biblioteca Municipal de Aveiro.

Para a comemoração dos 35 anos da abertura do Arquivo Distrital, foi planeado um programa que fizesse, em simultâneo, preito ao Distrito de Aveiro e aos Arquivos. Assim, este evento que juntou nomes e temas ilustres da História local aveirense e da Arquivística, traduziu-se num acontecimento inédito no panorama arquivístico aveirense.

Os conferencistas abordaram temas e personalidades aveirenses, bem como assuntos do foro arquivístico. O painel da manhã foi dedicado à memória do Distrito de Aveiro, enquanto, de tarde, o enfoque foi sobre os Arquivos:

- Prof. Doutor António Pedro Pita, Delegado Regional da Cultura do Centro, apresentou a comunicação «Mário Sacramento. Ironia e Realismo»;
- Mestre Luís Souto, biólogo e investigador na Universidade de Aveiro, teve a seu cargo a palestra com o tema «Alberto Souto, retrato à la minute»;
- Mestre Amaro Neves, autor de várias obras na área da História e da História da Arte na região de Aveiro, expôs um trabalho com o título «Personagens aveirenses a descobrir no Arquivo Distrital»;
- Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria José Azevedo Santos, Directora do



Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), proferiu a comunicação «O AUC e a conservação de documentos – séculos XIII-XVI»;

- Prof. Doutor Armando Malheiro da Silva, docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, fechou o dia com uma palestra intitulada «Os Arquivos Públicos na Era da Informação: reflectindo no presente para o futuro».

A cerimónia, aberta a todos os interessados, teve numerosa afluência, contou com a presença do Chefe de Gabinete do Governo Civil de Aveiro, Custódio Ramos, do Presidente da Junta de Freguesia de Aradas, António Mário, entre outras individualidades. O início da sessão ficou a cargo da Directora do Arquivo Distrital de Aveiro, Maria Lucinda Tavares dos Santos, e teve, ainda, a participação de Dr. Silvestre Lacerda, Director-Geral do IAN/TT, que fez a abertura deste dia come-

morativo dos 35 anos do Arquivo Distrital de Aveiro.

As comemorações da efeméride possibilitaram, ainda, um palco privilegiado para a divulgação de algumas das mais recentes inovações do Arquivo Distrital de Aveiro, como a pesquisa *on-line* de registos, o novo sítio na Internet do Arquivo, o programa Arquivo/Escola/Meio (*Quartas no Arquivo*), o boletim da Instituição (*ArquivoVivo*), e, ainda, a nova sinalética interna da Instituição.

Contudo, o mais importante foi a celebração e afirmação de mais de três décadas dedicadas à Cultura, ao Saber e à Investigação por parte de uma Instituição que, paulatinamente, reclama o lugar que lhe pertence, por direito, no panorama actual dos Arquivos portugueses.

*Maria Lucinda Tavares dos Santos*

DIRECTORA DO ARQUIVO  
DISTRITAL DE AVEIRO

# Estudo Sobre a Satisfação do Cliente do IAN/TT

NO QUADRO DA IMPLEMENTAÇÃO do SIADAP, nomeadamente na componente de avaliação dos serviços, o IAN/TT, através do Núcleo de Formação e Qualidade, levou a cabo a realização de um estudo à satisfação dos clientes, com o objectivo de medir e avaliar o desempenho dos serviços e a qualidade dos produtos, identificar prioridades para a melhoria e encontrar soluções para aumentar a satisfação dos clientes.

O estudo foi focado nos clientes/ utilizadores do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Distrital de Lisboa.

Os serviços e produtos em causa são, predominantemente, a pesquisa, a consulta e a reprodução – certificada ou não – para efeitos de investigação científica e de investigação genealógica, bem como para a demonstração/reivindicação de direitos.

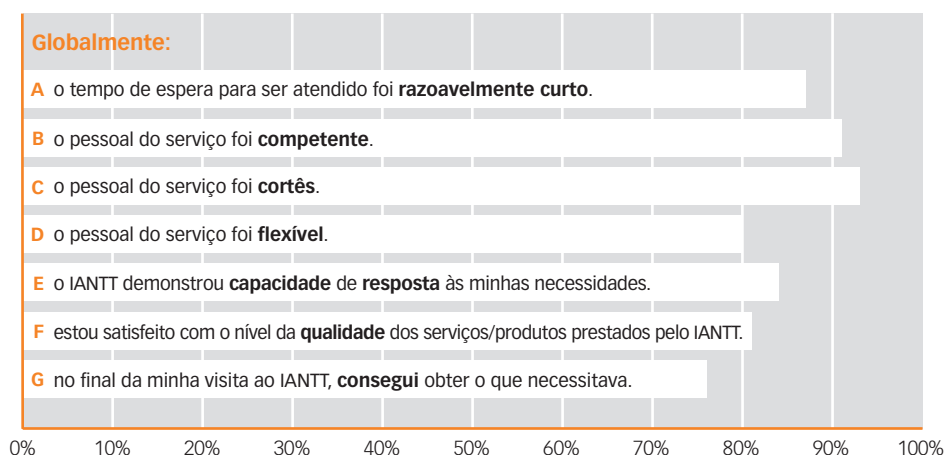
Os dados foram recolhidos através de entrevistas por Questionário, realizadas no período de 17 de Outubro a 30 de Novembro de 2005.

O universo populacional é composto por 3300 indivíduos, sendo a amostra constituída por 210 clientes.

Para um intervalo de confiança de 95%, a margem de erro é de +/- 6,8%.

O modelo utilizado para realização deste projecto, nomeadamente, para construção do questionário, foi o Common Measurements Toll (CMT), desenvolvido pela CCSN<sup>1</sup>.

De acordo com o modelo CMT, foram medidas as seguintes variáveis internas e externas: expectativas do cliente; a percepção do serviço; os níveis de satisfação; os níveis de importância e as prioridades de melhoria.



De forma a tornar compreensível a informação recolhida, procedeu-se ao delineamento e identificação das seguintes dimensões do serviço: capacidade de reacção; fiabilidade; acessibilidade; comunicação e custos.

## Resultados

O **Relatório Final da Sondagem à Satisfação do Cliente** encontra-se disponível no sítio *web* do IAN/TT ([www.iantt.pt](http://www.iantt.pt)), onde poderão ser consultados, em detalhe, os resultados do projecto.

Em síntese, observamos que a generalidade dos clientes está satisfeito ou muito satisfeito com a qualidade dos produtos/serviços prestados.

Destacam-se, especialmente, os graus de satisfação percebida pelos clientes relativamente ao pessoal do serviço de atendimento:

- Cortesia do Pessoal: 93%
- Competência do pessoal: 91%
- Flexibilidade do pessoal (isto é, capacidade do pessoal de sugerir vias alternativas para resolução de problemas): 80%
- Tempos de atendimento presencial: (87%).

A capacidade de resposta dos serviços às necessidades do Cliente aparece, igualmente, com níveis de satisfação consideráveis (84%).

Quanto à qualidade dos serviços/ produtos prestados pelo IAN/TT obtivemos um resultado de 81% de satisfação.

Na globalidade, no final da sua visita ao IANTT os clientes afirmaram que conseguiram obter da sua visita aquilo que procuravam, alcançando uma satisfação de 76%.

Naturalmente, a utilidade deste projecto não se esgota no tratamento dos dados e apresentação de relatório. O relatório é em si uma ferramenta que irá facilitar a gestão e suscitar a promoção da contínua melhoria organizacional, auxiliar o processo de tomada de decisão, contribuir para o desenvolvimento do sistema de indicadores de desempenho, identificar boas práticas, desenvolvê-las e alargá-las a outros serviços.

Mas o seu interesse é, ainda, especialmente significativo por ter sido a primeira vez que um estudo desta natureza foi realizado, permitindo maior racionalidade no estabelecimento de objectivos e metas futuras e respectiva avaliação.

É intenção do IAN/TT repetir o estudo a intervalos de tempo regulares (3 anos).

*José Maria Furtado*

COORDENADOR DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO E QUALIDADE

<sup>1</sup> Citizen-Centred Service Network, Canadian Centre for Management Development, Canada

## INFORMAÇÕES

# Presença Arquivística no 9.º Congresso BAD ■

REALIZOU-SE ENTRE 28 E 30 de Março, em Ponta Delgada, nos Açores, o 9.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, organizado pela BAD, sob o lema «Bibliotecas e arquivos: informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação». O Congresso, espaço de encontro e reflexão de mais de quatro centenas de profissionais da Informação e Documentação, contou com a participação activa de vários representantes do IAN/TT, que estiveram envolvidos na apresentação do maior número de comunicações alguma vez produzido no organismo para um mesmo encontro científico, dando assim a adequada visibilidade ao trabalho desenvolvido nos últimos tempos. A saber: «A nova arquitectura da Administração Pública, os arquivos e o papel da DGARQ: como transformar ameaças em oportunidades» (Pedro Penteado), «O Projecto de tabela de selecção das funções-meio» (Maria José Fidalgo e Paula Ucha), «RODA: Repositório de Objectos Digitais Autênticos» (F. Barbedo, Luís Corujo, Rui Castro, Luís Faria, José C. Ramalho e Miguel Ferreira); «Disponibilização de descrições e imagens digitais: a experiência da Torre do Tombo» (Anabela Ribeiro, P. Penteado), «Consulta Real em Ambiente Virtual: implementação de uma sala de referência e leitura virtual num arquivo» (António Sousa, J. C. Ramalho, Luís Ferros e Maria J. Pires de Lima) e «Orientações para a descrição arquivística: normalizar para partilhar e recuperar» (Lucília Runa).

Os profissionais do IAN/TT estiveram ainda envolvidos noutros eventos relevantes do Congresso.



Pedro Penteado moderou conjuntamente com Miguel Infante o painel «Arquivos e reestruturação da Administração Pública», que constituiu um dos momentos altos da reunião dos Açores, permitindo actualizar a informação e o debate em torno do tema. Contou com a presença de Maria J. Pires de Lima, Rui Ferreira da Silva, representante do Ministério da Cultura no PRACE e de Isabel Silva e Madalena Bobone, em nome de Carlos Palma, representantes das Secretarias-Gerais dos Ministérios da Economia e da Administração Interna, respectivamente. Também Cecília Henriques participou na mesa redonda sobre Preservação Digital, levantando a questão da autenticidade dos documentos electrónicos e a do modelo organizacional dos arquivos digitais. Na outra mesa redonda que funcionava em simultâneo, P. Penteado foi o moderador escolhido para o debate sobre formação superior europeia no domínio da(s) Ciência(s) da Informação e Documentação, com convidados nacionais e estrangeiros. Silvestre Lacerda esteve também na mesa da sessão de encerramento do Congresso. À margem, P. Penteado, como membro da Comissão Científica da BAD, participou ainda, em directo, num programa da RTP, «Bom dia, Açores», salientando o papel dos arquivistas e a importância da salvaguarda e valorização do

património arquivístico nacional e regional.

O IAN/TT marcou também presença na EXPOBAD, com um stand próprio, à frente do qual esteve Miguel Veloso. Foram aí difundidos os recursos informacionais que o Instituto tem vindo a disponibilizar e os produtos e serviços elaborados para apoio à comunidade arquivística, nomeadamente através de apresentações específicas preparadas por alguns dos seus profissionais presentes em Ponta Delgada.

Do ponto de vista arquivístico, o 9.º Congresso BAD teve a vantagem de ter permitido a realização de um ponto de situação sobre o actual contexto dos arquivos municipais, tendo sido destacada a importância do PARAM na melhoria do sector nos últimos anos. Para além de um painel sobre arquivos empresariais, foram ainda apresentadas comunicações e posters sobre os projectos de arquivo corrente e de digitalização de processos de obras, em curso na Câmara de Lisboa, a macroestrutura temática interministerial, diversos serviços dos Arquivos Regionais da Madeira e de Ponta Delgada o projecto de acesso à informação no A. H. Ultramarino, aplicações informáticas no domínio arquivístico, indicadores de desempenho em serviços de arquivo, etc.

O Congresso tornou ainda possível o debate em torno de temas transversais, de interesse para todos os profissionais da Informação e Documentação, para além das comunicações específicas do universo da Biblioteconomia. As actas estão disponíveis para consulta na biblioteca de apoio da DGARQ. As conclusões do evento serão publicadas no site da BAD ainda em Abril.

PP

## AGENDA

### Exposição documental

## «Os Senhores de Xavier. A Linhagem de S. Francisco Xavier» ■

NA SEQUÊNCIA DA EXPOSIÇÃO «S. Francisco Xavier – A Sua Vida e o Seu Tempo» realizada em Lisboa por iniciativa do Comissariado-Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento do Santo<sup>1</sup>, apresenta-se agora no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, a Exposição documental «Os Senhores de Xavier. A Linhagem de S. Francisco Xavier», organizada pelo Arquivo Geral e Real de Navarra.

Nela se incluem 50 documentos relativos às origens familiares do Santo e respectivo enquadramento social e político, assim como à história do Castelo e Senhorio de Xavier que remonta ao século XIII, elevado a Condado em 1626.

A documentação está agrupada em sete sectores temáticos ou cronológicos explicando:

1. as origens do castelo e o processo de formação do Senhorio territorial e jurídico de Xavier;
2. os traços essenciais que definem a carreira política do Doutor João de Jasso, pai de S. Francisco Xavier, na corte de Navarra, antes de 1512;
3. a sua colaboração com o novo rei, Fernando, o Católico;
4. a atitude dos seus filhos, Miguel de Xavier e



João de Azpilcueta que, por duas vezes, defenderam o partido do Rei vencido de Navarra, Albret;

5. as lutas que protagonizaram os Senhores de Xavier para defenderem o seu património e os seus direitos, atribuíveis mais a conflitos sociais do que a questões políticas;
6. a transformação que se produz em Francisco Xavier, membro desta linhagem nobre, tornando-se um dos fundadores de uma linhagem espiritual, a Companhia de Jesus, dando um novo sentido à sua vida;
7. a sua glorificação como Santo e a sua dupla condição de modelo, válido para toda a Igreja católica, como patrono das Missões e patrono da sua terra, Navarra.

Especial destaque se faz à carta dirigida por S. Francisco Xavier a Santo Inácio de Loyola e a João Codur (pela primeira vez exposta no nosso País) em que descreve a boa receptividade e a protecção régia dada à Companhia de Jesus por D. João III, anuncia a sua

próxima partida para o padroado português do Oriente, onde espera conseguir conversões; nesta carta pede orientação sobre o modo de proceder com os infiéis e no final, despede-se dos seus amigos «até à outra vida».

É facultada ao visitante a consulta de uma base de dados com iconografia exaustiva, recolhida pelo jesuíta Schurhammer, autor da biografia mais detalhada que até hoje se publicou sobre S. Francisco Xavier.

Como complemento gráfico uma extensa árvore genealógica explica as ligações familiares da Casa de Xavier com os ramos Azpilcueta (a que pertenceu o famoso Professor Martin Azpilcueta Navarro, da Universidade de Coimbra, 1538-1554, tio de Francisco Xavier), Jasso, Périz, Espinal, Artieda, Huarte, Ollaqui, entre outras.

A Exposição estará patente ao público até 31 de Maio.

*Professora Natália Correia Guedes*

COMISSÁRIA-GERAL  
PARA AS COMEMORAÇÕES DO V  
CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE  
SÃO FRANCISCO XAVIER

<sup>1</sup> Criado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2004, de 16 de Junho.